



A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA

Belo Horizonte, janeiro de 2011

LEILA MAGELA FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA
ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Mírian Queiroz de Souza Daniel

Belo Horizonte, janeiro de 2011

LEILA MAGELA FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA
MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Mírian Queiroz de Souza Daniel

Belo Horizonte

Janeiro de 2011

LEILA MAGELA FERREIRA

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA
MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Mírian Queiroz de Souza Daniel (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, X de janeiro de 2011

Dedico este trabalho ao meu marido, João Antônio,
meus filhos Filipe e João Pedro e à minha nora
Maria Luiza.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e pela conclusão do curso.

Aos meus familiares que muitas vezes se privaram da minha presença e outras vezes me deram a oportunidade de compartilhar de minhas crenças e ideais.

Aos meus pais, principalmente minha mãe que sempre me incentivou e comemorou cada etapa de minha vida escolar.

Aos colegas gestores e professores da Rede Municipal de Belo Horizonte que lutam pela garantia de uma escola para todos, uma escola democrática e de qualidade.

A toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários, etc.) da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira, que muito contribuiu para esse trabalho.

RESUMO

Com o objetivo de analisar a importância da participação das famílias na escola, investiguei a participação das famílias na Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira bem como o processo de gestão democrática da referida escola e a criação de mecanismos para possibilitar a participação dessas famílias nos processos decisórios.

Os principais referenciais teóricos foram os estudos de: Ângelo Ricardo de Souza(2005), Elba Siqueira de Sá Barreto(2005), Marta Luz Sisson Castro(2000), Genuíno Bordignon (2005), João Ferreira de Oliveira(2005), Karine Nunes de Moraes(2005), Luiz Fernandes Dourado(2005) e publicações do Ministério da Educação (MEC-2004), Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte(1994), Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira(2003 a 2010). Percebemos que a EMPFCM tem trabalhado para a consolidação de uma gestão democrática que garanta a participação efetiva das famílias e de toda a comunidade escolar e para isso tem criado novas estratégias de diálogo com essas famílias e com as diversas comunidades atendidas.

Palavras chaves: Famílias e Escola – Gestão Democrática – Participação - Processos Decisórios – Comunidade Escolar.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	07
2- DESENVOLVIMENTO.....	09
2.1- Breve Histórico da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira.....	09
2.2- Gestão Democrática	10
2.3- Processos Decisórios.....	12
2.4- Instâncias de Participação da Gestão Democrática na Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira.....	13
3- CONCLUSÃO.....	15
4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
5- ANEXOS.....	18
5.1- Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira.....	18

1- INTRODUÇÃO

O eixo do Projeto Político Pedagógico eleito para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso é o de processos de decisão. Dentro deste eixo será desenvolvido o tema: “Participação das famílias nos processos decisórios da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira. A escolha deste eixo do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira para a elaboração deste trabalho, ocorreu em função dos desafios enfrentados por muitas escolas em relação à participação das famílias na vida escolar dos estudantes e na consolidação da gestão democrática.

A escolha deste tema para a pesquisa é fruto também de minhas observações de que a participação das famílias nos processos de decisão da escola ainda é muito tímida. Essa pouca participação nos processos decisórios nos causa constrangimentos, apesar de várias estratégias terem sido adotadas para tentar mudar essa realidade. Dentre essas estratégias há que se destacar o empenho da escola em organizar encontros com as famílias em horários mais adequados às suas possibilidades, ou seja, levando em conta os horários de trabalho dos pais. A relação existente entre a comunidade escolar (principalmente no segmento das famílias) com a escola é uma relação harmoniosa e pautada no respeito.

Segundo Batista e Codo (1999) citado por Castro (2000), é necessária a participação e construção de uma forma específica de gestão participativa:

Educação não é obra de solista: ou se orchestra, ou não ocorre. Entre os professores tem de haver coordenação, diga-se cooperação em torno de objetivos comuns, entre funcionários (todos) e professores, tanto quanto entre alunos e corpo de professores e funcionários, é preciso construir, de alguma forma, uma “comunidade de destino”, por último, comunidade direta e indiretamente envolvida na escola precisa, de alguma forma, participar do processo.(BATISTA E CODO apud CASTRO, 2000, p.189).

Devido a pouca participação da comunidade em reuniões, apesar de todo o empenho por parte da escola, observa-se que a solicitação de comparecimento nem sempre é atendida pelos pais, o que causa uma sensação de frustração.

A EMPFCM enfrenta este desafio nos últimos 10 anos, período que coincide com o atendimento de estudantes de comunidades mais distantes, oriundas dos bairros Taquaril e Castanheiras a partir do ano de 2000 e do Bairro Granja de Freitas e Alto Vera Cruz, a partir do ano de 2002. Isto ocorreu devido ao déficit de vagas nessas comunidades e à diminuição da demanda do bairro São Geraldo onde a EMPFCM está localizada. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte passou a oferecer o transporte escolar para que os alunos pudessem estudar na EMPFCM.

Um dos objetivos do presente trabalho é analisar toda a organização da EMPFCM em relação às Instâncias de Participação (Assembléia Escolar, Colegiado, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Diretoria da Caixa Escolar e Conselho Fiscal da Caixa Escolar), dentro do conceito de “Gestão Democrática” para a partir dos elementos extraídos desse estudo, verificar as possibilidades de melhoria na participação das famílias.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica de acordo com os referenciais aqui apresentados.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Breve Histórico da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira está localizada na Região Leste de Belo Horizonte, em um importante corredor de tráfego que liga o bairro São Geraldo ao centro da cidade e a vários outros bairros. A escola iniciou suas atividades em 1993, após 10 anos de luta dos moradores do Bairro São Geraldo. A demanda de uma nova escola surgiu depois que foi construído o Conjunto Mariano de Abreu e as escolas do bairro não tinham vagas disponíveis para todas as crianças e adolescentes. Nos primeiros sete anos de seu funcionamento a EMPFCM atendia apenas alunos do seu entorno, o que proporcionava uma participação mais ampla da comunidade nos processos decisórios, bem como um melhor acompanhamento, pelos pais, na vida escolar de seus filhos.

Nos últimos dez anos a EMPFCM tem enfrentado um grande problema que é a diminuição da demanda do entorno da escola e desde o ano de 2000 tem atendido alunos oriundos de outros bairros da região Leste que apresentam déficit de vagas nas escolas. Dentre esses bairros podemos destacar: Taquaril, Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Castanheiras.

A participação das comunidades na Gestão Escolar é um pouco dificultada devido à distância entre os diversos bairros e a escola. Os pais comparecem em maior número nas reuniões de turmas, assembleias e reuniões de Caixa Escolar, quando a escola disponibiliza ônibus do transporte escolar. Além da oferta do transporte, a escola tem planejado encontros mais objetivos, com atividades mais atrativas de incentivo à participação.

Em geral a presença dos pais na escola, não significa participação efetiva nos processos de decisão. Quase sempre se apóiam nas considerações feitas pela direção e pelos professores, pois ainda têm a concepção de que é a escola (professores) que sabe o que é melhor para seus filhos.

Embora atualmente os conselhos de escola e as APMs estejam presentes em todas as redes de ensino, observa-se que a participação na escola costuma ser ainda bastante limitada. São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar mais força às medidas que o corpo docente já adotou, ou quer adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de discussão e envolvimento mais amplo. (BARRETO, 2005. p.2).

2.2- Gestão Democrática

Nas últimas décadas, principalmente no período compreendido entre os fins dos anos 80 e anos 90, muito se ouviu e muito se falou em autonomia da escola, direção colegiada, direção participativa e gestão democrática. Esse movimento na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que passou por discussão, reflexão e construção, coincidiu com os movimentos educacionais mundiais e nacionais da década de 80 para os dias atuais.

Todo esse movimento contou com a participação dos professores, educadores, movimentos sociais, sindicatos, culminando com a conquista de escolha direta dos diretores de escola, através de eleições com a participação de todos os segmentos (pais, alunos, professores e funcionários).

Como consequência desse movimento (congressos, conferências internacionais, nacionais, estaduais e municipais), foram surgindo normatizações e novas leis no âmbito da Educação.

A Constituição de 1988, afirmou o princípio da “gestão democrática do ensino público na forma da lei” em seu artigo 206, inciso VI. Em seu artigo 211, estende aos municípios o direito de se organizarem com autonomia e em regime de colaboração entre si (município, estados e união), através de seus sistemas de ensino. Dessa forma a Constituição Federal registra uma concepção de educação emancipatória com fundamento no exercício efetivo da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN9394-96) reafirma a autonomia dos municípios remetendo aos Sistemas de Ensino a definição das normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, estabelecendo em seu artigo 14, como diretriz nacional, a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

O Plano Nacional de Educação – PNE, em consonância com a Constituição Federal e com a LDB define:

“(…) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (PNE apud BORDGNON, 2005).

A Constituição Federal, a LDBEN(9394-96) e o PNE, instituem os conselhos de educação nos sistemas de ensino e na gestão da escola, os conselhos escolares, sempre com a participação da comunidade. Segundo Bordgnan (2005) os fundamentos da gestão democrática têm suas origens na compreensão das instituições públicas como pertencentes ao público (a dimensão da “res-pública”) e da cidadania como exercício de poder (cidadãos governantes), superando o paradigma patrimonialista, que considera o bem público como pertencente aos governantes e que dá suporte às políticas centralizadoras e às práticas autoritárias e, ainda, que situa os cidadãos como se fossem súditos.

Há que se considerar que para a efetivação real da gestão democrática é necessário uma conscientização de toda a comunidade escolar para a superação do paradigma patrimonialista. As famílias ainda vêem a escola como pertencente aos governos. Quando os pais afirmam que “a Escola é do Estado” ou “a Escola é da Prefeitura”, estão dizendo do paradigma patrimonialista.

É fruto desse paradigma patrimonialista, o comportamento passivo das famílias, quando delegam para a escola as decisões. E quando afirmam que “a escola sabe o que é melhor para nossos filhos”, reafirmam essa concepção.

A discussão dos temas: Processos decisórios e Instâncias de participação da gestão democrática da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira, nos próximos capítulos, possibilitará uma reflexão maior acerca dos Conselhos Escolares.

2.3 – Processos Decisórios

O estudo dos processos decisórios faz parte da análise do sistema de gestão. Portanto, os processos decisórios estão relacionados à estrutura organizacional do espaço escolar e se inscrevem na proposta de gestão escolar, em consonância com o projeto político pedagógico da instituição e normatizado pelo regimento escolar e as resoluções, portarias, instruções da Secretaria Municipal de Educação.

Ao refletirmos sobre os processos decisórios implementados na Rede Municipal de Ensino, é possível afirmar que houve a superação da concepção racionalista, burocratizada e excludente da participação dos sujeitos alvos das decisões. Mais precisamente, desde os anos 90, temos experimentado no âmbito da Rede Municipal de Ensino, processos decisórios mais abertos, democratizados, devido ao sistema de gestão colegiada com eleição direta para diretores das escolas. Nesse sentido, a gestão colegiada faculta aos participantes (famílias, alunos, professores, funcionários, comunidade em geral), um grau de participação de tal modo que esses atores não apenas façam parte desse processo de decisão mas que tomem parte nos processos decisórios. Ressaltamos essa dimensão pois numa perspectiva democrática, os sujeitos se assumem, constroem, criticam, propõe e

debatem seus posicionamentos, na maioria das vezes, explicitando-os, muito embora, haja casos de omissões ou ações não reveladas e direcionadas a tumultuar processos decisórios, impedindo tomada de decisões coletivas com as quais não concordam.

Dado que, numa instituição escolar pública, convivem vários tipos de pessoas, os processos decisórios visando à construção coletiva das idéias para uma tomada de posição, em certas circunstâncias, são mais desafiadores mas são fundamentais no levantamento e resolução de problemas, proposição de questões, deliberação e avaliação de diferentes aspectos referentes à dinâmica e ao funcionamento da escola, com uma diversidade de participantes e com a pluralidade de idéias, e em se tratando de processos que precisam ser construídos no coletivo demandam mais tempo para se efetivarem. Mas são necessários para fortalecer os processos decisórios colegiados e principalmente para expressar o mais aproximadamente, as vontades e decisões coletivas.

Segundo Souza(2005), é preciso buscar ampliar a democracia em todas as esferas educacionais, democracia que perpassa da escola ao sistema. Assim, para a democratização da gestão do sistema ou da rede de ensino, é fundamental que se organizem pelo menos alguns instrumentos, tais como: Conferência da Educação, Conselho Municipal da Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, atualmente FUNDEB, Orçamento Participativo (na educação), Eleições de Dirigentes Escolares. No âmbito da escola os instrumentos que tem possibilitado a democratização são: Conferência Local da Comunidade Escolar, Conselho de Escola, Rotatividade no Quadro de Dirigentes da Escola, Associação de Pais, Grêmios Estudantil.

2.4- Instâncias de Participação da Gestão democrática na EMPFCM

Um dos grandes objetivos da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira é a efetivação da participação dos pais e da comunidade em geral, de forma ativa como protagonistas da gestão democrática em conjunto com professores, funcionários, direção e alunos. Essa discussão se dá no contexto de transformação e avanços da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte desde fins dos anos 80 até os dias atuais, em consonância com os avanços da educação a nível mundial.

A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, inserida no processo de discussão e avanços da educação a nível mundial, veio desde os fins dos anos 80, promovendo avanços significativos na educação municipal. Em 1989 foi realizada a primeira eleição direta de diretores das escolas municipais e foram criados os primeiros colegiados.

Desde o início de seu funcionamento, a EMPFCM, tem trabalhado na implementação e consolidação de uma gestão democrática e participativa. O órgão máximo de deliberação é a **Assembléia Geral** com participação de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários e associações comunitárias), que acontece no início do ano escolar e no encerramento das atividades escolares anuais, podendo ser convocada em caráter

extraordinário em qualquer época do ano. O **Colegiado Escolar** composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar tem reuniões mensais para discutir e deliberar questões administrativas e pedagógicas, tais como: contratação e demissão de funcionários da Caixa escolar, aprovação de calendário escolar, compras e aplicação de recursos financeiros, diálogo com pais de alunos e alunos com problemas disciplinares, aprovação de projetos da escola, etc. A **Caixa Escolar**, com sua Diretoria e seu Conselho Fiscal, se reúne mensalmente para deliberar e aprovar as contas da escola.

Em 2009, a EMPFCM organizou com os alunos o **“Orçamento Participativo Juvenil”**, destinando parte do recurso do PAP (Programa de Ação Pedagógica) para utilização de acordo com as demandas dos alunos do 3º ciclo. Os alunos apresentaram propostas para utilização da verba e estas propostas passaram pela Assembléia de Alunos.

No ano de 2010, a EMPFCM organizou o **“grupo de pais solidários”** que é composto por pais das quatro comunidades atendidas pela escola, com o objetivo de fazer intercâmbio entre as comunidades e a escola. Estes pais farão contato com outros pais no sentido de garantir a participação na vida escolar dos filhos, informando os casos de infrequência e fazendo o convite para comparecerem à escola.

Devido à sistematização do Projeto Político Pedagógico, que teve o início das discussões no primeiro semestre de 2010, os pais foram convidados para a criação do **Conselho de Pais**, mas apenas pais do Colegiado compareceram.

O ano de 2010 foi marcado pela elaboração do **Regimento Escolar** da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. De acordo com orientações da Secretaria Municipal de Educação, a escola deveria divulgar a elaboração, fazer um intercâmbio com as famílias, eleger representantes de todos os segmentos para a sistematização de propostas para elaboração do documento. Foi determinado um dia para que a escola convidasse os pais a participarem nos três turnos da discussão e elaboração de propostas para o Regimento da EMPFCM. Foram enviados às famílias questionários, mas poucos devolveram respondidos. A participação das famílias foi muito pequena, no turno da manhã que conta com aproximadamente 550 alunos, apenas 05 pais compareceram, no turno da tarde que conta com aproximadamente 450 alunos, apenas 15 pais compareceram.

No que se refere às relações do coletivo escolar com a comunidade de famílias dos alunos e em geral, quanto às decisões a serem adotadas, há um problema maior que é a ausência frequente das famílias nas decisões da escola. A direção, as coordenações, principalmente, se responsabilizam por estreitar as aproximações entre as famílias e a escola. As questões presentes nas pautas de reuniões com os pais, normalmente acontecem devido a uma série de decisões que na maioria das vezes, são determinadas pela Secretaria Municipal de Educação. Em nome de processos decisórios democráticos incluídos a escola cumpre o seu dever de convocar os pais e responsáveis sendo que na maioria das vezes, a omissão dos mesmos acaba frustrando os processos decisórios.

De um modo geral, as direções escolares cumprem as suas obrigações no que se refere às relações com a comunidade, em especial, quando as decisões a serem tomadas em certas circunstâncias, são decisões ligadas diretamente à vida escolar dos estudantes e obviamente à vida das famílias. As questões recorrentes propostas pelos familiares, sempre que possível, são levadas em conta reforçando e legitimando a participação do segmento família nos processos decisórios, favorecendo a construção de parcerias com os mesmos.

3- CONCLUSÃO

Ao término do trabalho de pesquisa referente à participação das famílias nos processos decisórios da EMPFCM, pode concluir que a participação ainda é muito tímida. A falta de tempo é um fator que influencia na pouca presença dos pais na escola, aliada também à distância entre a escola e suas residências. Para tentar dar conta dessas questões a escola criou várias estratégias, como fornecer o transporte para os pais das comunidades distantes e também realizar as reuniões em horários mais adequados às necessidades dos pais. Quanto à emissão de opiniões e participação real nas instâncias de decisão da escola, pode observar pelos registros da escola, que a maior parte dos pais ainda tem uma concepção de que é a escola que sabe o que é melhor para seus filhos e normalmente aprovam questões colocadas pelos professores e direção.

De certa forma, ao analisarmos a história da educação, percebemos que a cultura escolar reafirmou durante séculos essa postura dos pais na expressão de uma concepção de uma escola que sabe o que é melhor para seus filhos. Os pais recebiam no início do ano letivo, o programa de ensino da escola, com o currículo e as normas já pré-determinados pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais de Educação. A Gestão Democrática, com participação de todos os segmentos na construção de Propostas Políticas Pedagógicas, na construção de toda a organização administrativa e pedagógica, é recente e refere-se a uma nova cultura escolar. A garantia dessa participação depende de trabalho de conscientização e de mudança de paradigma. E isto vai ocorrer de forma bastante lenta.

É necessário a criação de estratégias para a superação do paradigma patrimonialista que considera a escola como bem público pertencente aos governos, para que a comunidade tome posse da escola como um bem público pertencente aos cidadãos e dessa forma se apropriem da escola como espaço que também lhes dizem respeito e assim participem e compreendam que este espaço precisa ser pensado e administrado coletivamente em prol dos estudantes, na busca de uma educação de qualidade para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Um caminho apontado pela direção para a melhoria da participação das famílias no ano de 2011, são as reuniões de pais nas diversas comunidades atendidas pela escola, para discutirem, para debaterem os mais diversos temas ligados à educação e à escola. A escola já tem organizado festas e eventos especiais para receber as famílias em seu espaço e esses atrativos têm garantido maior participação. Além disso, é meta da direção, consolidar o Conselho de Pais e reativar o Grêmio Estudantil através do Conselho de Alunos. Acredito que seja necessário investir mais para que os pais saiam da condição de meros expectadores e apoiadores das propostas dos professores e passem a construir suas próprias propostas e apresentá-las para o coletivo da escola.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em agosto de 2010.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. SMED. **Escola Plural: proposta político-pedagógica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: SMED, 1994.

BORDGNON, Genuíno. **Gestão Democrática na Educação.** Ministério da Educação, TVescola, Boletim 19, Brasília, 2005. Disponível em www.tvbrasil.org.br Acessado em janeiro de 2011.

CASTRO, Marta Luz Sisson. **A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal.** PUC-RS. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.71-87, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA. **Proposta Pedagógica da Educação Infantil.** História da Escola. Belo Horizonte, Julho de 2003.

ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA. **Livro de Atas do Colegiado Escolar.** Belo Horizonte, 2005 a 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA. **Livro de Atas da Caixa Escolar.** Belo Horizonte, 2005 a 2010.

ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA. **Livro de Atas da Assembléia Escolar.** Belo Horizonte, 2005 a 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania.** Brasília – DF. Novembro de 2004. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acessado em agosto de 2010.

NETO, Antônio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha de. **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político Pedagógico.** UFRN, Rio Grande do Norte. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.35-46, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.

OLIVEIRA, J. F. **A construção coletiva do Projeto político-pedagógico da escola.** Salto para o futuro, Brasília, v.1, n. 1, p. 1-3, 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Organização da Educação Escolar no Brasil na Perspectiva da Gestão Democrática.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10614> Acessado em maio/junho de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **O Papel Político Pedagógico do Diretor.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10614> Acessado em maio/junho de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **As Dimensões da Autonomia.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10614> Acessado em maio/junho de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Autonomia Decretada e Autonomia Constituída.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10614> Acessado em maio/junho de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10614> Acessado em maio/junho de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação.** UFG. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em maio de 2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Planejamento e trabalho coletivo.** In Caderno 1 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba :Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1).

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** FURB. Blumenau-SC. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.88-96, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.

5- ANEXOS

**5.1 – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho
Moreira**

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA”**

ELISA CARMO DOS SANTOS

LEILA MAGELA FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2010.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA”**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do
Curso de Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas
Gerais - UFMG. Orientação da professora Miriam Queiroz de Souza
Daniel.

BELO HORIZONTE, 2010.

SUMÁRIO

1-Introdução	4
2- Finalidades da Escola.....	8
3- Estrutura Organizacional.....	9
3.1- Estrutura Física.....	9
3.2- Estrutura Administrativa.....	11
3.3- Estrutura Pedagógica.....	11
4- Currículo.....	12
4.1- Programas e Projetos Desenvolvidos na Escola.....	12
5- Tempos e Espaços Escolares.....	15
6- Processos de Decisão e Relações de Trabalho.....	16
7- Avaliação.....	19
8- Anexos.....	20
9- Referências Bibliográficas.....	23

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira está situada à Avenida Itaituba, nº 12, Bairro São Geraldo em Belo Horizonte. É uma unidade educativa da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, fazendo parte, portanto do Sistema Municipal de Ensino. Os contatos da escola são: email- empfcm@pbh.gov.br e fones: (31) 3277-5758/5779.

A escola foi fundada há dezoito anos, após muita luta da comunidade, pois no ano de 1984, foi construído no Bairro o conjunto Mariano de Abreu e as escolas da região não dispunham de vagas para todas as crianças e adolescentes. O projeto da construção da escola ficou no papel por dez anos, uma vez que não havia terreno disponível no bairro para a construção da mesma.

No ano de 1992 a escola foi fundada, no entanto, suas atividades só iniciaram no ano de 1993 em prédio emprestado, no terceiro turno da Escola Estadual Sara Kubitschek, no Bairro São Geraldo.

No primeiro semestre de 1994 ela foi transferida para o antigo prédio da faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, localizado no Bairro Santo Antônio, sede da Secretaria Municipal de Educação. Os estudantes se deslocavam do Bairro São Geraldo através do transporte escolar fornecido pela SMED/BH. Somente em agosto de 1994 a escola se instala definitivamente no Bairro São Geraldo, em suas próprias dependências.

A partir do ano de 2000, a escola passou a atender estudantes de comunidades mais distantes, dos bairros Taquaril, Castanheiras e Granja de Freitas. Isto ocorreu devido ao déficit de vagas nesses bairros e uma menor demanda no entorno da escola.

A sistematização do Projeto Político Pedagógico, aqui apresentado, foi possível a partir do trabalho coletivo envolvendo todos os segmentos da escola. Há que se considerar que a escola tinha vários registros dos projetos pedagógicos, de decisões da Assembléia Escolar, do Colegiado e da diretoria da Caixa Escolar. Portanto, consideramos que o seu PPP existia na sua prática, nas suas intenções educativas.

A escola atende a um bom número de alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Completo, passando pela modalidade regular, modalidade de EJA e Projeto de Aceleração de Estudos. A seguir quadros de pessoal e nº de alunos:

QUADRO DE TURMAS E ALUNOS POR NÍVEIS/MODALIDADES – CICLOS E TURNOS – ANO DE 2010

NÍVEIS/ MODALIDADES	ANOS DO CICLO	MANHÃ		TARDE		NOITE		TOTAIS POR CICLO/ MODALIDADE		CARGA HORÁRIA SEMANAL
		Nº TURMAS	Nº ALUNOS	Nº TURMAS	Nº ALUNOS	Nº TURMAS	Nº ALUNOS	Nº TURMAS	Nº ALUNOS	
EDUCAÇÃO INFANTIL	03 anos	-	-	01	18	-	-	03	61	20 horas semanais
	04 anos	-	-	01	19	-	-			
	05 anos	-	-	01	24	-	-			
ENSINO FUNDAMENTAL – 1º CICLO	1º ano	02	45	-	-	-	-	07	160	20 horas semanais
	2º ano	02	46	-	-	-	-			
	3º ano	03	69	-	-	-	-			
ENSINO FUNDAMENTAL -2º CICLO	1º ano	-	-	03	84	-	-	10	293	20 horas semanais
	2º ano	-	-	04	119	-	-			
	3º ano	-	-	03	90	-	-			
ENSINO FUNDAMENTAL – 3º CICLO	1º ano	-	-	04	111	-	-	12	350	20 horas semanais
	2º ano	04	120	-	-	-	-			
	3º ano	04	119	-	-	-	-			
PROJETO DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS - FLORAÇÃO	Ciclo único de um ano	01	21	01	19	02	48	04	88	15 horas semanais
EJA ESCOLA	Ciclo único	-	-	-	-	02	61	05	104	12 horas semanais
EJA COMUNIDADE	Ciclo único	02	20	01	23	-	-			
TOTAIS DE TURMAS E ALUNOS		18	440	19	507	04	109	41	1056	

FONTE: SGE – Sistema de Gestão Escolar - EMPFCM (07/2010)

Quadro de Pessoal da EMPFC – julho de 2010

FUNÇÃO	EDUCAÇÃO .INFANTIL	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	EJA	PROJETO ACELERAÇÃO	PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	ESCOLA INTEGRADA	FUNCIONÁRIOS POR TURNO, MANHÃ TARDE E NOITE			TOTAL
									M	T	N	
01 DIRETOR	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	01
01 VICE-DIRETOR	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	01
01 SECRETÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	01
AUXILIARES SECRETARIA	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	01	03
AUXILIAR DE SECRETARIA CAIXA ESCOLAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
BIBLIOTECÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	01
AUXILIARES BIBLIOTECA	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	01	03
PROFESSORES REGENTES	-	09	11	18	05	04	05	-	25	23	04	52
EDUCADORES	04	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	04
PROFESSORES	01	01	02	01	-	-	-	-	02	03	-	05

COORDENADORES PEDAGÓGICOS												
TÉCNICO SUPERIOR DE ENSINO	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
PROFESSOR COMUNITÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	01	x	x	-	01
PROFESSORES READAPTAÇÃO FUNCIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	03	01	01	05
FAXINEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	04	02	02	08
CANTINEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	04	02	02	08
ARÍFICE	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	01
PORTEIROS DIURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x		02
VIGIAS NOTURNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	02
MECANÓGRAFO	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	02
ESTAGIÁRIOS SECRETARI	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	01	03
AGENTE DE INFORMÁTICA -AMAS	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	01
JOVEM APRENDIZ												
MONITOR PSE									x	x	-	01

MONITORES BOLSISTAS	-	-	-	-	-	-	-	08	04	04	-	08
ESTAGIÁRIOS INCLUSÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	01	03	-	04
AGENTESCOMUNITÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	04	02	02	-	04
TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-			123

FONTE: SGE_Sistema de Gestão Escolar da EMPFCM (07/2010)

2- FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira, tem por finalidade, oferecer uma educação de qualidade para todos, pautada nos princípios da universalidade, garantindo o acesso e a permanência com sucesso. Para isso se fundamenta na Gestão Democrática, promovendo a participação de todos os segmentos da escola (pais, alunos, pessoas da comunidade, professores e funcionários). A partir de uma relação dialógica cotidiana entre os diversos segmentos da Instituição e entre os sujeitos da comunidade, se detecta necessidades, estabelece prioridades e se cria alternativas, visando novas práticas educativas.

Nas ações desenvolvidas pela escola, estão incorporadas as diversas vozes, interesses e demandas de todos os segmentos escolares. Nas reuniões de pais, realizadas trimestralmente, são discutidos temas para serem trabalhados com os alunos em sala de aula, questões sobre o processo ensino-aprendizagem dos mesmos e formas de atuação da família neste processo. Além dos próprios professores, coordenadores, monitora do PSE (Programa de Saúde na Escola) e um representante do Conselho Tutelar, participam destas reuniões, ouvindo os pais, orientando-os e fazendo os devidos encaminhamentos para os órgãos competentes, visando a solução dos problemas apresentados.

As reuniões periódicas do Colegiado também garantem a participação no processo da gestão democrática, nas decisões tomadas sobre a utilização dos recursos financeiros, quando opinam sobre quais ações pedagógicas poderiam ser desenvolvidas nos projetos da escola, participam da organização de assembleias, dos eventos realizados na escola como Festa Junina, Festa da Família e também os que são propostos pela SMED (Secretaria Municipal de Educação) como o Fórum Família Escola, elaboração do Regimento Escolar e OP(Orçamento Participativo). Os membros do Colegiado também atuam nas comunidades incentivando os pais a participarem das atividades propostas pela escola, identificam e dialogam com os pais dos alunos que apresentam problemas no processo ensino-aprendizagem e na frequência escolar trabalhando juntamente com a escola.

As assembleias também tem um papel importante no processo participativo quando são discutidas e definidas as normas de convivência no espaço escolar, avaliando também o processo da gestão escolar e propondo diversas ações no que se refere à organização escolar.

O OP Juvenil expressa também a participação dos alunos nos processos decisórios da escola. Em parceria com a Gerência de Orçamento Participativo Leste alunos e professores receberam informações e orientações para a elaboração do OP Juvenil. Por meio de um plebiscito foi definida a forma de utilização de parte do recurso financeiro PAP (Projeto de Ação Pedagógica) que foi destinado para a realização de excursões.

A escola promove anualmente a semana destinada à Jornada do Conhecimento. Por meio de parcerias foram realizadas palestras; formação para professores, pais, alunos,

funcionários com temas pertinentes a História da Educação, a Violência contra a mulher, a Educação e Orientação sexual, a Afetividade familiar e questões relacionadas ao Meio Ambiente.

A escola desenvolve algumas ações em parceria com o Posto de Saúde, como por exemplo palestras para os alunos abordando temas diversos como: higiene, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de gravidez.

O Projeto Cidadania e participação política, iniciou-se com o “Projeto Câmara Mirim”, quando foram eleitos pelo voto direto dos alunos, quatro vereadores mirins que estão participando do projeto da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Este ano foram realizadas eleições simuladas com a participação de alunos, professores e funcionários.

A qualidade do ensino ofertado é um direito que deve ser efetivado por meio do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar que serão a marca registrada da escola, respeitando as especificidades da instituição, cabendo à direção coordenar os processos da construção da identidade da escola, promovendo meios para facilitar a aprendizagem, com intervenções para alunos com maior dificuldade ou que não tenham alcançado os objetivos propostos, assim como garantir o cumprimento de calendários valorizando cada minuto letivo.

Como a escola atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental completo, a Educação de Jovens e Adultos e o Projeto de Aceleração de Estudos para jovens de 15 a 18 anos, compreende-se que suas finalidades estarão adequadas à cada faixa etária, a cada modalidade de ensino.

Sendo assim no que se refere à Educação Infantil, consideramos que as práticas pedagógicas das educadoras devem ser norteadas pelos princípios de igualdade, liberdade, sendo que o alvo central da ação pedagógica deve considerar a totalidade dos aspectos constitutivos do desenvolvimento da criança, em suas dimensões afetiva, cognitiva, social e física: isto significa, que os direitos da criança, em especial, suas diferenças individuais, sociais, econômicas, étnicas, culturais e religiosas, devem ser respeitados.

É importante destacar que esses princípios legítimos e legais, são fundamentais para as escolhas pedagógicas, que devem orientar as práticas político-pedagógicas de nossa Instituição Escolar.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), devemos construir no âmbito do corpo docente uma sensibilidade para que se possa alcançar o atendimento das expectativas manifestadas pelo coletivo de alunos jovens e adultos. Em termos de organização do trabalho, buscaremos alcanças certos objetivos gerais, como:

- A) vivenciar a escola como espaço de convivência, socialização e humanização;
- B) oportunizar o acesso ao conhecimento científico de modo contextualizado;
- C) trabalhar os valores étnicos e culturais dos alunos;

- D) propiciar situações para a inserção social dos alunos;
- E) assumir o aluno como cidadão e capacitá-lo para o exercício da cidadania

Estes objetivos gerais, serão alcançados mediante ações concretas, como por exemplo, organização de grupos de famílias que, eventualmente se articulam para a promoção de eventos lúdicos; grupos de trocas de experiências práticas, como por exemplo, receitas culinárias, resoluções de problemas relacionados à disciplina e problemas relativos à humanização das relações famílias-escola.

Quanto ao acesso ao conhecimento científico a escola, ao tomar conhecimento relativo às novidades apresentadas pelas instituições que pesquisam sobre certos temas de interesse das famílias deverá fazer a divulgação dos mesmos, incentivando o comparecimento das famílias.

Quanto às questões étnico raciais a nossa perspectiva é a de implantar as determinações da lei 10.639/03 tanto no que se refere ao âmbito das salas de aulas, ou seja, no dia-a-dia da escola, quanto no que diz respeito às atividades que envolvam os familiares e a comunidade em geral. Portanto esses objetivos indicados acima se desdobrarão em práticas reais, concretas, concebidas em plano de ação, em nosso entendimento poderão ser viabilizados.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1- Estrutura Física

A escola conta com um bom espaço físico que proporciona um bom atendimento aos estudantes e o desenvolvimento de diversos projetos e programas. Sua área total é de cerca de 8.000 metros quadrados. Os espaços são os seguintes:

1- Cantina

A cantina e o refeitório têm capacidade para atender a 150 pessoas ao mesmo tempo. A cozinha conta com 2 fogões industriais com filtro, 01 geladeira industrial, 01 forno industrial, 03 freezers, 02 balanças e dois liquidificadores industriais.

2- Auditório

O auditório tem capacidade para aproximadamente 100 pessoas e está equipado com uma TV de LCD de 46 polegadas e um aparelho de DVD. Além de outras 04 TVs de 29 polegadas e outros 03 aparelhos de DVDs que são utilizados nas salas de aula quando necessário.

3- Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática conta com 17 computadores para uso dos alunos. É utilizado por todos os alunos da escola, principalmente no Programa Escola Integrada. Nesse trabalho a Escola conta com um Agente de Informática no projeto da SMED em parceria com a PRODABEL.

4- Laboratório de Ciências

O Laboratório de Ciências é bem equipado e atende às aulas práticas de Ciências Físicas e Biológicas.

5- Biblioteca

A biblioteca é bem equipada, com um acervo adequado e conta com uma bibliotecária e auxiliares de biblioteca com trabalho integrado com os professores em vários projetos de leitura e vários concursos externos e internos.

6- Parquinhos

A escola conta com um parquinho para a Educação Infantil e um parquinho para o 1º ciclo

7- Ginásio coberto e quadra de esportes descoberta

A escola conta com um ginásio coberto utilizado pelos professores de Educação Física, pela Escola Aberta e tem sido palco de vários eventos da escola, como shows artísticos, Festas de confraternização, etc.

Além do ginásio coberto a escola conta com uma boa quadra de esportes descoberta.

8- Banheiros para alunos

A escola conta com **um banheiro masculino** com 01 sanitário adaptado para cadeirantes, 01 fraldário, 01 vestiário com 09 chuveiros, 12 sanitários e 01 mictório. **Um banheiro feminino** com 01 sanitário adaptado para cadeirantes, 01 fraldário, vestiário com 09 chuveiros e 12 sanitários. Conta também com **dois banheiros infantis** independentes, sendo 01 sanitário feminino e 01 sanitário masculino, ambos com um chuveiro.

9- Salas-de-aulas

A escola tem 20 salas de aulas com 40 metros quadrados cada uma. Todas bem equipadas com armários para os professores e 01 ventilador de teto.

10- Sala-de-artes

Sala ambiente bem equipada com área de 60 metros quadrados.

11- Bloco Administrativo

O Bloco Administrativo conta com uma sala de Direção com 02 micro-computadores, sendo um para trabalhos da Caixa Escolar; uma sala de coordenação pedagógica com 02 micro-computadores; uma sala de mecanografia; uma sala de professores

com 2 banheiros femininos e um banheiro masculino e uma sala de estudos com 02 micro computadores para uso dos professores.

A EMPFCM oferta dois níveis da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental completo nas modalidades Regular e Educação de Jovens e Adultos. Conta ainda com o Projeto de Aceleração de Estudos do Ensino Fundamental que atende a jovens de 15 a 19 anos com defasagem na relação idade/ série.

3.2- Estrutura Administrativa

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira conta com uma estrutura administrativa considerável. As salas de direção e secretaria são amplas, bem equipadas com mobiliário adequado, computadores, impressoras, armários e arquivos. O quadro de pessoal atual se configura da seguinte forma:

- 1- **Direção:** 01 (uma) Diretora e 01 (uma) Vice-Diretora
- 2- **Secretaria:** 01 (uma) Secretária Escolar com jornada de 08 horas, 03 auxiliares de secretaria e 05 estagiários.
- 3- **Mecanografia:** 02(dois) mecanógrafos.
- 4- **Caixa Escolar:** 01(um) Auxiliar de Secretaria para o trabalho burocrático e organização para prestação de contas.
- 5- **Serviços Gerais:** A escola conta com 09(nove) cantineiras, 08(oito) faxineiras e 01(um) Artífice
- 6- **Serviços de Portaria e Vigilância:** Esse quadro é composto de 02 (dois) porteiros e 02 (dois) vigias noturnos de 12 horas.

3.3- Estrutura Pedagógica

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira atende a dois níveis da Educação Básica: A Educação Infantil (3 a 5 anos) e o Ensino Fundamental completo (1º, 2º, e 3º ciclos). No ensino Fundamental atende na modalidade regular, atende o Projeto de Aceleração de Estudos para estudantes de 15 a 19 anos e no noturno a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Toda a organização pedagógica está baseada no quantitativo de 1.5 professores para cada turma. Desse quantitativo retira-se 1 professor para a coordenação pedagógica de cada ciclo, por turno, e retira-se professores para intervenção pedagógica. Na intervenção pedagógica trabalha-se com grupos menores de alunos no contra-turno ou no próprio turno, conforme as dificuldades de aprendizagem apresentadas. De acordo com os resultados da Escola a Secretaria Municipal de Educação autorizou interventores de Português e Matemática fora do quantitativo de 1.5 professores por turma.

A coordenação pedagógica é composta pela direção da escola (diretor e vice), por 01 (uma) Supervisora e 06 (seis) professores coordenadores de ciclos distribuídos nos três turnos. Os professores coordenadores são convidados, para o cargo, pela direção e apresentados para apreciação e aprovação do coletivo.

A Biblioteca da escola é muito bem equipada e ampla. É uma biblioteca pólo. Na organização da Rede Municipal de Educação em cada região há as bibliotecas pólo, que conta com uma bibliotecária que coordena o trabalho de um grupo de bibliotecas pólo, além de ter uma estrutura maior para atendimento da comunidade. São desenvolvidos diversos trabalhos pedagógicos, diversos projetos de leitura, teatro e concursos. Contamos com 01(uma) bibliotecária e 03(três) auxiliares de biblioteca, sendo 01(um) em cada turno.

4- CURRÍCULO

Partimos do princípio de que tudo que se seleciona para ensinar é orientado pelos objetivos gerais estabelecidos e comentados anteriormente, tudo deve fazer sentido ao universo do coletivo de alunos e voltado para a formação sócio-cultural plena dos mesmos. Portanto na elaboração do currículo é necessário que se faça uma reflexão sobre os objetivos que se deseja alcançar, ou seja, o que é? O como? E o para que ensinar? Quais valores transmitir? Essas questões ajudam nos critérios dos conteúdos, das finalidades, enfim, das questões que fazem parte da elaboração do currículo. Sabemos também que currículo não é algo estático, como uma lista de conteúdos, mas um movimento dinâmico, contínuo e flexível e, também, capaz de considerar os conhecimentos já construídos pelos alunos nas suas próprias vivências.

Nessa perspectiva, consideramos que uma proposta curricular deva levar em consideração:

- a) que a metodologia de ensino é constitutiva da proposta curricular;
- b) que os conteúdos escolares não são estáveis ou estáticos;
- c) que a proposta curricular não deve reduzir ou simplificar os conteúdos disciplinares em função da classe social dos educandos;
- d) que é fundamental a vivência dos mais diversos processos pedagógicos durante a rotina escolar.

Portanto, consideramos o currículo escolar não apenas um estudo das disciplinas acadêmicas, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências, através dos mais diversos processos pedagógicos.

A EMPFCM já implementou as Proposições Curriculares construídas pela Rede Municipal de Educação no 1º e 2º ciclos e está em processo de implementação no 3º ciclo e Educação Infantil. As proposições curriculares foram construídas num processo de formação em serviço com os professores. Esse trabalho iniciou-se no ano de 2007 com o 1º, 2º e 3º ciclos, em 2008 com a Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. A Secretaria Municipal de Educação publicou os cadernos das Proposições curriculares online (INTRANET). As Proposições Curriculares da EJA ainda não foram publicadas porque os textos estão passando por uma revisão final.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED), iniciou essa discussão interna, contratou uma equipe de formadores externos, com trajetória em discussão de currículo. Esses formadores trabalharam com os professores no sentido de construir coletivamente as Proposições Curriculares tendo como eixo o desenvolvimento das capacidades. Os professores tiveram no decorrer do ano, quatro encontros de 4 horas cada. Paralelamente à essa formação foram realizadas reuniões na escola, organizadas pela comissão de monitoramento de alfabetização da SMED. A acompanhante do monitoramento reunia quinzenalmente com cada professor do 1º ciclo, discutindo as necessidades de cada aluno especificamente e apontando intervenções a serem implementadas. A concepção de Ensino-Aprendizagem, de produção do conhecimento nas proposições curriculares tem como eixo central os sujeitos. Os conteúdos não são a centralidade nesse processo, mas sim, as habilidades e competências a serem construídas pelos estudantes. Nas proposições, essas habilidades e competências foram traduzidas como **capacidades a serem desenvolvidas**. Dessa forma a escola elege as

capacidades que devem ser trabalhadas em cada ciclo e só depois há a seleção de conteúdos. As disciplinas e os conteúdos não foram desvalorizados, mas estão a serviço do desenvolvimento das capacidades.

O coletivo de profissionais da EMPFCM trabalha com metodologias diversificadas, atendendo as necessidades de cada sujeito, cada ciclo.

No processo de produção do conhecimento, o trabalho será desenvolvido através de atividades significativas, de projetos de trabalho, e de trabalho com temas. Em cada situação de aprendizagem será utilizada a metodologia mais adequada. O currículo é organizado em cada ciclo de idade de formação de acordo com as especificidades daquele ciclo. Conforme Caderno “Referenciais Curriculares – Educação Básica – Escola Plural, 2003”, o currículo em cada ciclo deverá ser concebido levando em consideração o que é próprio de cada idade de formação com o desenvolvimento das capacidades/competências inscritas nesse documento, como descrevemos a seguir.

Na Educação Infantil o eixo norteador do currículo é a construção da identidade e da autonomia da criança. O princípio básico da construção curricular na Educação Infantil está relacionado ao cuidar e educar. A Proposta Pedagógica deve:

- conceber a criança como cidadã, sujeito de direitos e deveres;
- conceber a infância como tempo de vivências e não somente como um tempo “para”;
- reconhecer a criança na sua integridade e totalidade;
- reconhecer o brincar como forma privilegiada da criança estar no mundo, de interagir e de conhecer;
- atender a criança nas suas necessidades de interação e socialização;
- atender tanto ao coletivo quanto às particularidades das crianças, reconhecendo o contexto sociocultural, a família a qual pertence a criança, bem como um conjunto de bens culturais e de valores existentes;
- romper com os mecanismos sociais e institucionais excludentes e seletivos;
- considerar os princípios da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
- construir e organizar ambientes seguros, acolhedores e desafiadores para as crianças que possibilitem e respeitem as necessidades de movimento ou de repouso;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de expressão da curiosidade;
- facilitar a expressão de sentimento das crianças;
- desenvolver as múltiplas linguagens;
- organizar tempos e espaços para a interação das crianças de diferentes faixas etárias;
- promover a interação das crianças com pessoas diversas da comunidade que possam contribuir com a formação das mesmas;
- organizar tempos para discussão, planejamento, registro dos trabalhos desenvolvidos pelos professores;
- utilizar a pedagogia de projetos como forma privilegiada que permite a participação das crianças no fazer pedagógico;
- apontar para uma nova organização do tempo e do espaço, do trabalho educativo para a construção de uma nova identidade profissional.

O primeiro ciclo de formação corresponde à faixa etária de 6 a 8/9 anos. O objetivo central do 1º ciclo é a alfabetização e letramento, desenvolvendo as competências para a aquisição da leitura e da escrita, bem como o seu uso social.

Os pontos fundamentais numa proposta curricular para o 1º ciclo são:

- O jogo e a brincadeira como estratégia privilegiada para a construção do conhecimento;
- A socialização deve ser propiciada pela organização do cotidiano escolar, de forma a permitir que a criança vivencie situações diferentes em espaços e tempos diversificados na troca entre diferentes grupos de alunos e professores;
- O acesso e a utilização de diferentes linguagens: verbal, plástica, corporal, musical, matemática, científica, como forma de expressão de sentimentos e opiniões dos alunos. A valorização da linguagem própria dos grupos, identificando sua diversidade cultural.
- A alfabetização na perspectiva do letramento, que possibilite aos alunos:
 - a) perceber a função social e interativa da leitura e escrita, ampliando o sentido e significado que ela pode ter em sua realidade;
 - b) ter contato com os vários tipos de textos que circulam no contexto social;
 - c) construir o sistema alfabético da escrita, dando início ao processo ortográfico;
 - d) identificar e produzir textos com diferentes funções – registro (anotações em caderno, atas); comunicativa (cartas, bilhetes, convites); expressiva (diário); informativa (notícias, cartazes); literária (contos e poesias);
- a construção da noção de número e de espaço a partir de situações reais, percebendo a relação entre a realidade social e as questões matemáticas, como a identificação, representação e resolução de situações problema.

O segundo ciclo de formação corresponde à faixa etária de 9,10,11/12 anos. Esta fase é caracterizada pela ampliação do pensamento abstrato, saída da perspectiva egocêntrica, avançando da posição da heteronomia à posição da autonomia. O objetivo da proposta pedagógica é dar continuidade à alfabetização e letramento iniciado no 1º ciclo, ampliar conhecimentos do educando como também o conhecimento de si mesmo, do seu entorno local e social. É desejável que a escola promova o desenvolvimento de:

1- Participação na vida social

- Reconhecer e saber expressar seus valores, sentimento e idéias.
- Expressar-se através de múltiplas linguagens e novas tecnologias.
- Reconhecer e respeitar as formas de expressão e valores dos outros.
- Ter iniciativas individuais e desenvolvê-las dentro de um processo grupal.

2- Organização do trabalho e construção da autonomia

- Organizar-se com autonomia em grupo para realizar as atividades propostas.
- Saber explicar e compreender as necessidades, os recursos e os passos que devem ser dados para realizar as tarefas propostas conforme orientação do professor.
- Organizar, hierarquicamente, as atividades de um projeto e estimar o tempo para desenvolvê-las.
- Apresentar o trabalho realizado com rigor, clareza e precisão.

3- Tratamento da Informação

- Ampliar a capacidade de investigar, analisar e sintetizar informações.

- Detectar os aspectos da informação envolvidos nas perguntas formuladas:
 - desenvolver critérios para distinguir o que essencial e o que é secundário em uma informação;
 - aprender a realizar esquemas da informação trabalhada;
 - dotar de sentido e significado globais as diferentes informações recolhidas em um projeto ou atividade.

O Terceiro ciclo de formação corresponde ao ciclo da adolescência, 12,13,14/15 anos. Tendo como referência as três grandes competências do 3º ciclo- participação na vida social/interação ativa e crítica com o meio físico e social, organização do trabalho e construção da autonomia e tratamento da informação e das múltiplas linguagens- é preciso que se desenvolva as seguintes capacidades:

- perceber e respeitar a diversidade lingüística, histórica e cultural;
- apresentar oralmente um ponto de vista ou opinião articulada, concisa e clara;
- saber escutar, falar se posicionar diante de colegas e professores;
- ler, interpretar e emitir sua opinião sobre diversos tipos de textos;
- conhecer e aplicar novas tecnologias;
- identificar e se posicionar diante de questões sociais;
- discutir e colocar problemas de ordem moral e ética;
- desenvolver concepções e atitudes de cidadania;
- participar de tomada de decisões coletivas;
- reconhecer nas diferentes línguas estrangeiras, novas formas de expressão e manifestação de cultura;
- compor textos comunicativos para diversas situações-cartas, bilhetes, artigos, relatórios, redações, contos, poesias, propagandas com diversas linguagens e para diversos meios de utilização;
- perceber a história como processo dinâmico de construção coletiva;
- entender as leis básicas da natureza e partilhar da preservação e da defesa do meio ambiente;
- compreender e utilizar a linguagem algébrica na vida social.

4.1- Programas e projetos desenvolvidos na escola

A EMPFCM, desde sua criação vem desenvolvendo diversos projetos e propostas de intervenção pedagógica no sentido de sanar os problemas de aprendizagem dos estudantes e elevar a qualidade do ensino com resultados mais positivos. Os problemas de aprendizagem detectados se referem em sua maioria a problemas de alfabetização, leitura, escrita e dificuldades em alfabetização matemática. Os projetos desenvolvidos visando sanar as dificuldades são: enturmação flexível no 1º e 2º ciclos, intervenção pedagógica no próprio

turno e no contraturno. No 3º ciclo foi adotada a prática de professor referência (unidocência) para turmas com um número reduzido de alunos, visando o progresso do aluno na alfabetização e na alfabetização matemática. Foram formados pelo Hospital de Olhos de Minas Gerais, 3 (três) professores “screeneres” para diagnosticar problemas de dislexia da visão. Porém não encontramos muitos registros dos anos anteriores. O coletivo de profissionais vem se conscientizando da importância do registro para o avanço pedagógico da instituição.

Segundo OLIVEIRA:

A sensibilização à cultura do registro do passado e vivido pela escola, o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento de interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautado no respeito às diferenças em relação às práticas de gestão e a atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.(OLIVEIRA, 2005,p.2).

A) Programa Escola Integrada

A Escola Integrada é um programa da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, que tem como princípio básico a oferta de atividades escolares em tempo integral para crianças e adolescentes. O estudante fica um turno na sala de aula e no outro turno com atividades voltadas para o esporte, para a arte e para a cultura, desenvolvidas prioritariamente em espaços da comunidade. Um dos objetivos é integrar os espaços da escola com outros espaços de aprendizagem na comunidade, integrando também comunidade e escola. As atividades são desenvolvidas por estagiários de nível superior e por agentes comunitários através de oficinas, sob a coordenação de um professor da escola.

Esse programa tem uma repercussão muito positiva nas comunidades mais carentes do município, porque a maioria dos pais trabalham e não tem com quem deixar seus filhos.

O programa precisa avançar em alguns aspectos, tais como: integração dos professores com os estagiários e agentes comunitários, articulação do currículo da escola com as atividades dos oficinairos, formação profissional em serviço para os agentes comunitários.

Segundo OLIVEIRA:

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades

educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho dolente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas. (OLIVEIRA, 2005,p.1).

B)Programa Escola Aberta

Esse programa foi implantado pela EMPFCM em 2005. É um programa do Governo Federal, que consiste no desenvolvimento de várias atividades na escola, nos finais de semana para a comunidade. São oficinas de esporte, artesanato, arte, etc. É um programa que tem como objetivo abrir a escola nos finais de semana para a comunidade, diminuindo assim os índices de violência. Observa-se na prática que esse programa proporciona geração de renda.

C)Programa Saúde na Escola

Esse programa foi organizado pelas secretarias de educação e saúde com a intenção de garantir o atendimento a todas as crianças e adolescentes e desenvolver nas escolas projetos educativos de prevenção. É papel da escola levar todas as crianças ao Posto de Saúde, uma vez, para triagem e encaminhamentos. A escola analisa esse procedimento como mais uma tarefa que deveria ser da família

D)Projeto de Intervenção Pedagógica

Projeto implementado em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino a partir dos resultados do IDEB. A partir do diagnóstico de aprendizagem dos alunos, aqueles que apresentam um resultado insatisfatório, são submetidos a um trabalho no contra-turno ou no próprio turno para um “reforço escolar”. O planejamento do professor interventor é elaborado com acompanhamento de equipe técnica da Secretaria de Educação e esse professor está submetido à uma formação em serviço.

E)Projeto de Aceleração de Estudos

Projeto implementado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Fundação Roberto Marinho com início nas escolas municipais em novembro de 2009. Esse projeto é destinado a estudantes de 15 a 19 anos que ainda não concluíram o ensino fundamental. A programação da conclusão é em um ano de aulas de todas as disciplinas e formação profissional, com um professor generalista, sendo 3 horas diárias de aulas com 15

minutos de vídeo que se refere à introdução da temática do dia. A organização das salas em grupos de alunos responsáveis pela disciplina, pela sistematização e avaliação é bastante interessante, porém, na prática não tem dado conta das especificidades de cada aluno que tem as mais variadas trajetórias escolares e trajetórias de vida.

5- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Devemos pensar a organização do tempo escolar através de princípios organizadores de uma estrutura organizacional mais flexível e de uma concepção e prática curricular que promova a vivência de diversos processos pedagógicos. Além disso, o tempo escolar organizado em ciclos é marcado por rotinas e práticas caracterizadas pelo atendimento individualizado, ambiente acolhedor e desafiador, atendimento às necessidades de afeto, alimentação e de atividades que propõe a formação, através de trabalhos coletivos, organização de momentos de interlocução contínua com as famílias e entre os educandos.

Além desses aspectos internos, há necessidade de organização tempos/espacos de interação entre crianças de diferentes faixas etárias, bem como tempos/espaço de discussão, planejamento e registro do trabalho desenvolvido pelos educadores.

Quanto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerados por nós como sujeitos, devem ser priorizados os seus interesses e necessidades diversas. Os alunos de EJA dado as suas especificidades, devem ser enturmados em agrupamentos temporários, objetivando o desenvolvimento dos projetos de trabalho, sendo que, ao longo do ano letivo, esses grupos podem ser constituídos através de novos agrupamentos, constituídos por critérios geracionais, pela similaridade nas características, interesses e afinidades. Uma boa relação entre as gerações, entre jovens e adultos, deve ser construída e reconstruída e os espaços de socialização são muito importantes nesse movimento de construção.

A escola trabalha com 200 dias letivos de 4 horas, perfazendo 800 horas anuais, porém com os seus diversos projetos e programas, muitos alunos têm este tempo bastante ampliando através da Escola Integrada, da Escola Aberta e dos projetos de intervenção extra-turno. Os espaços de trabalho com os alunos são para além dos muros da escola. A Escola Integrada acontece no extra-turno em espaços da comunidade e em alguns espaços da escola. A Escola Aberta acontece nos finais de semana, nos espaços da escola que são redimensionados para as oficinas mais diversas e garante a participação da comunidade. Os estudantes que não estão nesses projetos, também têm a oportunidade de desenvolver atividades escolares nos mais diversos espaços da cidade, de acordo com os projetos dos professores.

O tempo dos professores é de 22h30m por semana, sendo 16 horas de regência, 04 horas de projeto (planejamento), e 2h30 de recreio. Os recursos financeiros do Projeto de Ação Pedagógica têm proporcionado contratação de oficinairos com trabalho articulado com a proposta pedagógica da escola, liberando os professores para formação em serviço mensalmente. É nesse tempo extra que o coletivo discute a sistematização do PPP, com assessoria do Professor José Raimundo Lisboa da Costa da FAE/UFMG.

6- PROCESSOS DE DECISÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

O processo de decisão, no âmbito escolar, leva em consideração a autonomia da instituição, calcada no princípio da educação como direito de todos e nos anseios da sociedade democrática, no respeito às diferenças e na gestão coletiva e em sintonia com os princípios e diretrizes definidos pelas instâncias de participação democrática no Sistema Municipal de Ensino.

Como as unidades de ensino devem refletir os anseios da comunidade escolar, a autonomia não é absoluta e nem pode significar total soberania na tomada de decisões pois as decisões devem inserir-se em um projeto mais amplo, que visa a estruturação de um sistema de ensino. Portanto o processo de decisão deve ser pautado pelos seguintes traços característicos:

- a) autonomia da escola na utilização de recursos humanos;
- b) autonomia no estabelecimento de parcerias;
- c) autonomia na elaboração de projetos políticos pedagógicos;
- d) garantia de participação de todas as instâncias escolares na tomada de decisões;
- e) as regras de convivência devem ser construídas de forma coletiva e avaliadas separadamente;
- f) as regras do processo de decisão devem ser construídas a partir do respeito à diversidade cultural, política, religiosa, étnica, de gênero, etc.

Portanto, a convivência no espaço escolar, tanto no que se refere ao processo de decisão quanto às relações de trabalho, sempre, devem ser pautadas pelos princípios de respeito, solidariedade e de acordo com as necessidades da comunidade escolar.

Segundo SOUZA(2005) para a democratização da gestão do sistema ou da rede de ensino é fundamental que se organize alguns instrumentos como, a Conferência de Educação, o Conselho de acompanhamento e controle Social do FUNDEF, hoje FUNDEB, O Orçamento Participativo e as Eleições de Dirigentes Municipais. Todos esses instrumentos são realidade na Rede Municipal de Belo Horizonte e têm garantido uma participação mais efetiva da população nas questões da educação. A Secretaria atualmente conta com o Fórum Família-Escola que é uma tentativa de garantir maior participação das famílias nas decisões da educação.

No âmbito da escola, SOUZA(2005) aponta a importância dos seguintes instrumentos: Conferência Local da Comunidade Escolar, Conselho de Escola, rotatividade no quadro de dirigentes de escola, Associação de Pais e Grêmios Estudantil. As principais instâncias de participação e deliberação da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira, são a Assembléia Geral, que talvez pudesse ser traduzida em Conferência Local da Comunidade Escolar e o Colegiado, que é um Conselho de Escola, como também a Diretoria e o Conselho Fiscal da Caixa Escolar. A rotatividade dos dirigentes escolares é uma realidade na EMPFCM através da eleição de diretores. Quanto ao Grêmios Estudantil já esteve ativo em alguns momentos, mas atualmente está desativado.

Um dos grandes objetivos da Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira é a efetivação da participação dos pais e da comunidade em geral, de forma ativa como protagonistas da gestão democrática em conjunto com professores, funcionários, direção e alunos. Essa discussão se dá no contexto de transformação e avanços da Rede

Municipal de Educação de Belo Horizonte desde fins dos anos 80 até os dias atuais, em consonância com os avanços da educação a nível mundial.

Segundo Batista e Codo (1999), é necessária a participação e construção de uma forma específica de gestão participativa:

Educação não é obra de solista: ou se orchestra, ou não ocorre. Entre os professores tem de haver coordenação, diga-se cooperação em torno de objetivos comuns, entre funcionários (todos) e professores, tanto quanto entre alunos e corpo de professores e funcionários, é preciso construir, de alguma forma, uma “comunidade de destino”, por último, comunidade direta e indiretamente envolvida na escola precisa, de alguma forma, participar do processo.(idem. p. 189).

A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, inserida no processo de discussão e avanços da educação a nível mundial, veio desde os fins dos anos 80, promovendo avanços significativos na educação municipal. Em 1989 foi realizada a primeira eleição direta de diretores das escolas municipais e foram criados os primeiros colegiados.

Segundo Neto e Almeida(2000):

Todavia, a modernização da gestão educacional na agenda de governo não se constitui uma temática gerada exclusivamente no Brasil. Essa proposta para o sistema de ensino básico atende às recomendações da Conferência de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtiem, Tailândia. Em decorrência dessa Conferência, o governo brasileiro elaborou, em 1993, o Plano decenal de Educação para Todos, construído com a participação de vários setores organizados da sociedade. Dentre as várias metas do Plano, encontra-se a implantação de novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica. (MEC, Em aberto.Brasília, 2000. P.38).

Em 1995, foi implementada a Proposta Político-Pedagógica “Escola Plural”. Foi a partir daí que a Rede Municipal assumiu a “Escola Para Todos”, com uma proposta inclusiva que pregava a qualidade do ensino, a valorização da cultura como eixo do currículo, a centralidade do sujeito no processo ensino-aprendizagem e a Gestão Democrática como princípio básico da proposta. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, veio referendar nos seus artigos 12, 13 e 14, o que a Proposta Pedagógica “Escola Plural” já

apontava: elaboração da Proposta Pedagógica pelo Sistema de Ensino, da Proposta Pedagógica da escola pelos professores, assegurando a participação da comunidade escolar e consolidando a gestão democrática.

A Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira vivenciou todo esse processo desde o início de seu funcionamento em 1993. E desde então, tem trabalhado visando a consolidação da gestão democrática, porém há uma dificuldade na sua efetivação, apesar do desejo e da consciência da necessidade da participação efetiva para a concretização de uma educação de qualidade para todos.

Os conselhos escolares são de fundamental importância para a gestão democrática, mas nem sempre é alcançada a adesão necessária e a participação dos diversos segmentos é prejudicada devido aos horários de trabalho dos pais, dos alunos adultos e de professores e funcionários que trabalham em outras unidades de ensino ou empresas.

No caso da EMPFCM, a participação dos pais é ainda mais difícil uma vez que os estudantes são oriundos de 4 (quatro) comunidades distantes. São transportados diariamente através dos ônibus fornecidos pela PBH. Os pais muitas vezes querem participar das reuniões, mas só participam quando são disponibilizados ônibus. Para facilitar a participação das famílias, a escola organiza os encontros em horários mais adequados, geralmente à noite.

A participação dos pais e dos alunos é considerada, ainda, muito tímida em relação às decisões da escola por não terem consciência de que devem opinar, apresentar propostas e de que todos os atores, em uma gestão democrática, devem participar em pé de igualdade. No caso da administração financeira, ou seja, a aplicação dos recursos financeiros, os pais e alunos participam da discussão do recurso e de sua aplicação nos projetos pedagógicos, na melhoria do espaço físico, na aquisição de bens e equipamentos, bem como na aquisição de materiais didáticos e pedagógicos. É o caso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que na EMPFCM é aplicado 20% na aquisição de bens de capital e 80% na manutenção da escola.

Em 2009, a EMPFCM organizou com os alunos o “Orçamento Participativo Juvenil”, destinando parte do recurso do PAP (Programa de Ação Pedagógica) para utilização de acordo com as demandas dos alunos do 3º ciclo. Vários alunos apresentaram propostas para utilização da verba e estas propostas passaram pela Assembléia de Alunos. Foram aprovadas as excursões às cidades históricas de Minas Gerais, trabalho inserido no currículo.

Para a elaboração do PPP foi aplicado um questionário para todos os alunos da escola, abordando questões relativas aos direitos e deveres dos alunos e à sua organização enquanto grupo de estudantes para participarem das questões da escola. Em geral os alunos reafirmaram o papel da escola na garantia de uma educação de qualidade, falaram sobre o respeito à diversidade, principalmente em relação à raça e etnia. Quanto aos seus deveres, falaram sobre a questão disciplinar, o respeito aos colegas e aos professores e funcionários, como também o respeito destes para com eles.

Este ano a EMPFCM organizou o “grupo de pais solidários” que é composto por pais das quatro comunidades atendidas pela escola, com o objetivo de fazer intercâmbio entre as comunidades e a escola. Estes pais farão contato com outros pais no sentido de garantir a participação na vida escolar dos filhos, informando os casos de infrequência e fazendo o convite para comparecerem à escola. Há um calendário com uma reunião mensal, mas dependendo da necessidade são convocadas reuniões extraordinárias.

Devido à sistematização do PPP, que teve o início das discussões no primeiro semestre de 2010, convidamos os pais para a criação do Conselho de pais, apenas pais do Colegiado compareceram.

Quando acontecem Assembléias Gerais esta participação é muito grande, apresentamos os projetos da escola, os orçamentos e deliberamos sobre os mais diversos assuntos pertinentes ao cotidiano da escola, às regras de convivência, etc.

A alternativa encontrada pela direção da EMPFCM, para garantir maior participação dos pais e das comunidades na gestão escolar foi apresentar para o coletivo da escola uma proposta para o segundo semestre de 2010, de realização de reuniões em locais específicos nas quatro comunidades atendidas pela escola. Estes locais serão salões de igrejas, salões de Associações Comunitárias e escolas mais próximas das residências dos alunos.

7- AVALIAÇÃO

Tendo em vista o currículo previsto, as capacidades a serem desenvolvidas em cada etapa, ciclo, níveis e modalidades e a seleção dos conteúdos trabalhados abrangendo todas as áreas do conhecimento, e, principalmente numa perspectiva de formação integral, a escola tem a avaliação concebida como processo, buscando identificar avanços e dificuldades a serem sanadas.

No que se refere ao **como avaliar**, entendemos que devam ser utilizados certos parâmetros como: observação das atividades dos alunos; observação do desenvolvimento cognitivo dos alunos; observação e execução das atividades; testes escritos, debates, seminários, atividades extra-classe, participação oral, leitura, cumprimento das regras escolares, atendimento às orientações, participação nos eventos escolares.

Quando Avaliar? Para efeito de organização da escola, no ano letivo dividido em três trimestres supõe a necessidade de promover do registros formal deste período. A cada trimestre acontece o Conselho de Classe, onde cada equipe de posse de seus registros em cada área, fecha os conceitos do trimestre em ficha própria.

São utilizados instrumentos de registro como a ficha da SMED, que acompanha o Histórico Escolar de cada aluno bem como o seu desempenho no âmbito do processo de formação e em face das áreas de conhecimento. Essa ficha; uma por aluno é anexada ao diário de turma para registro da escola. A ficha de acompanhamento é entregue aos pais trimestralmente e devolvida devidamente assinada.

É prática da EMPFCM, também, a avaliação institucional. É feita anualmente a avaliação da Gestão Escolar, envolvendo toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários). A avaliação dos professores e funcionários concursados é feita anualmente através de formulário próprio da PBH/SMED, envolvendo os pares do segmento, coordenação pedagógica e direção.

8- ANEXOS

ANEXO I – Questionário aplicado aos alunos na construção do Projeto Político Pedagógico da EMPFCM.

- 1- O que o grupo de alunos entende por direitos?
- 2- O que o grupo de alunos entende por deveres?
- 3- Como garantir o cumprimento dos direitos? Indicar em ordem de importância, três direitos que devem ser cumpridos.
- 4- Como abordar o descumprimento dos deveres? Indicar em ordem de importância três deveres que não devem ser descumpridos.
- 5- Vocês sentem alguma necessidade de se organizarem enquanto grupo de estudantes para encaminhar as suas reivindicações e assegurar o direito de alunos (as)? Em caso negativo, justificar a resposta. Em caso positivo justificar a resposta e explicar como seria essa forma de organização.
- 6- Outros assuntos que o grupo gostaria de abordar, propor ou questionar.
- 7- O que o grupo de alunos (as) entende por liderança positiva?
- 8- O que o grupo de alunos (as) entende por liderança negativa?

ANEXO 2: QUADRO COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COM A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA

Características da Gestão Democrática	Gestão da minha escola	O que poderia mudar	Ações possíveis para mudança
-Participação de todos os segmentos	-Decisões coletivas através da Assembléia Escolar, Colegiado, Conselho Fiscal da Caixa Escolar e reuniões de pais (Participação de todos os segmentos: Direção, Professores, funcionários, alunos, pais e pessoas da comunidade).	-Maior participação dos pais não só nas decisões, mas também nos planejamentos e discussões pedagógicas.	- Consolidação do Conselho Escolar. - Realizar reuniões nas comunidades atendidas pela escola, em horários mais flexíveis.
-Conselho Escolar	-Iniciamos o processo de implantação em 2010	- Consolidar a implementação do Conselho Escolar	-Incentivar a participação de todos os segmentos, através de reuniões, ciclo de debates na comunidade e no espaço escolar. -Divulgar as ações pedagógicas, realizadas por iniciativa dos pais participantes. -Utilização de recursos áudio visuais abordando temas

			pertinentes a organização escolar.
-Grêmio Estudantil	<p>-Eleição de Chefe de turma</p> <p>-Projeto Câmara Mirim com eleição de 4 vereadores.</p>	-Avançar no processo de construção da autonomia dos alunos e formação para a cidadania, através do movimento de constituição do Grêmio Estudantil	<p>-Propostas de debates em grupo de alunos.</p> <p>-Visitas a outras escolas e outros espaços que possuam grêmio ou outro tipo de organização estudantil.</p> <p>-Reuniões dos mesmos com caráter propositivo para os desafios a serem enfrentados no âmbito escolar.</p> <p>-Rodízio entre os alunos monitores para coordenar ações coletivas como recreio, organização de eventos.</p> <p>-Realização de seminários, congressos sobre temas variados.</p>
-Conselho de Classe	-Conselho de Classe somente com participação dos professores	-Reestruturar o Conselho de Classe, possibilitando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar: pais, professores, alunos e funcionários.	-Conscientização de pais, professores e alunos da necessidade da construção coletiva de ações pedagógicas, para que este conselho não seja apenas uma instância de julgamento dos alunos

<p>-Associação de Pais e Mestres</p>	<p>- Constituímos o grupo “Pais Solidários”, com o objetivo de articular melhor os pais das várias comunidades atendidas e envolvê-los na construção do PPP e do Regimento Escolar.</p>	<p>-Fortalecimento desse segmento</p>	<p>-Informações através de palestras, de ciclos de debates sobre a importância da participação dos pais no processo da gestão democrática.</p> <p>-Mobilização e participação das lideranças comunitárias na intenção de incentivar e intermediar a relação escola/comunidade.</p>
--------------------------------------	---	---------------------------------------	--

09 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em http://www.redecaes.com.br/bibliografia_janete/O%20projeto%20politico-pedagogico%20no%20contexto%20da%20gestao%20escolar.pdf. Acessado em maio de 2010.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. SMED. **Escola Plural: proposta político-pedagógica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: SMED, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Senado, 1996.

CASTRO, Marta Luz Sisson. **A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal.** PUC-RS. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.71-87, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Câmara de Política Pedagógica. **Parecer nº 093-02 de 07 de novembro de 2002. Regulamentação da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais de Belo Horizonte.**

ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA.. Proposta Pedagógica da Educação Infantil. História da Escola. Belo Horizonte, Julho de 2003.

NETO, Antônio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha de. **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político Pedagógico.** UFRN, Rio Grande do Norte. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.35-46, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.

OLIVEIRA, J. F. **A construção coletiva do Projeto político-pedagógico da escola.** Salto para o futuro, Brasília, v.1, n. 1, p. 1-3, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta Pedagógica Projeto de Aceleração de Estudos.** Belo Horizonte, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposições Curriculares para o Ensino Fundamental: 1º, 2º E 3º ciclos.** Belo Horizonte, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Referenciais Curriculares, Educação Básica, Escola Plural.** Belo Horizonte, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Planejamento e trabalho coletivo.** In Caderno 1 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba :Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1).

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** FURB. Blumenau-SC. In: Em Aberto, Brasília, v. 17, n.72, p.88-96, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores/> Acessado em julho de 2010.